

A Minha Voz



**Narração de Sofrimento de Comunidades
Reassentadas em Tete**

Celia Siteo e Tomás Queface

AMINHA VOZ



Joice Sinoya partilhando a sua experiência de vida na aldeia de Cassoca, área de mineração da empresa Jhindal, no distrito de Marara.

Narração de Sofrimento de Comunidades reassentadas em Tete

Ficha Técnica

Título:

A MINHA VOZ - Narração de Sofrimento de Comunidades reassentadas em Tete

Editor :

Tomás Vieira Mário

Pesquisadores:

Celia Siteo e Tomás Queface

Edição:

SEKELEKANI

Data:

Agosto de 2015

Projecto gráfico e paginação:

Rogério R. Xerinda



Vista parcial da Aldeia de Reassentamento de Mwaladzi

Sumário

Durante dois dias, um grupo de 23 camponeses, provenientes de oito aldeias dos distritos de Moatize e Marara, reuniram-se em Mwaladzi, para, em ambiente aberto, informal e participativo, partilharem estórias das suas vidas, em zonas de reassentamento ou afectadas por actividades de mineração na Província de Tete. Através deste processo de auto-reconhecimento, a que denominamos de "narração de sofrimento", as comunidades interpretam o seu percurso; dando-lhe sentido. Com os próprios depoimentos, eles produzem programas de rádio e um jornal, meios através dos quais amplificam as suas vozes e, com o seu próprio punho, registam as suas vidas. As vidas que viveram, as que vivem, e as que gostariam de viver...



Mulheres lavando utensílios domésticos em bebedouro de animais em Mwaladzi

Introdução

As comunidades que vivem a experiência do reassentamento involuntário e de contacto com projectos de mineração de carvão em oito localidades da Província de Tete, abrangendo os distritos de Moatize e de Marara, juntaram-se ao longo de dois dias, na última semana de Julho, para partilharem suas vivências, na perspectiva das suas condições de vida, determinadas pela actividade mineira naquela região do nordeste de Moçambique. A iniciativa envolveu comunidades das localidades de Cassoca, Chissua, "25 de Setembro", Catete, Bagamoyo, Cateme, Mwaladzi e Nchenga, todas situadas em zonas abrangidas por actividades de exploração de carvão mineral, envolvendo três empresas estrangeiras, nomeadamente: a Vale Moçambique (Brasil), a Jhindal e a ICVL (Índia).

Na base de uma metodologia inovadora, envolvente e participativa, os afectados narraram individual e informalmente a sua experiência quotidiana, no processo de transições conturbadas, dos modos de vida naturais nas respectivas localidades de origem, ou anteriores à chegada das mineradoras, para a reinserção social e económica nas zonas de reassentamento.

Esta metodologia, através da qual comunidades com experiências de vida particularmente difíceis dão, a respeito, o seu testemunho espontâneo, tem o potencial de ajuda-las a apurar melhor o seu conhecimento da sua realidade e reavivar a sua auto-estima. A metodologia, desenvolvida pela Bench Marks, uma ONG sul-africana de baseada na fé, foi agora aplicada em Tete, numa iniciativa envolvendo três organizações: a Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades de Tete (AAJC), o SEKELEKANI, a Steel Workers Union, uma central sindical da área metalúrgica do Canadá, e a própria Bench Marks.

Os meios escolhidos para através deles as comunidades registarem as suas "narrações de sofrimento", foram um programa de rádio e um jornal, a que os autores intitularam PENHANI (Abre os olhos). Quando, no final do processo, os participantes ouvem, através de amplificadores de som, em locais públicos, as suas vozes, e vêem, no jornal, as suas imagens, elas recuperam o seu sentido de dignidade e de auto-estima, apreendendo melhor a sua realidade social e económica e, conseqüentemente, o seus direitos humanos básicos.



Com o conteúdo dos seus depoimentos, eles produziram o seu próprio jornal, intitulado PENHANI (Abre os olhos).

Metodologia e temas

Metodologicamente, a iniciativa decorre em dois momentos: um primeiro momento, de narração de vivências individuais e colectivas de vida, em sede de contacto com a realidade da mineração; e um segundo momento, em que com o conteúdo dos seus depoimentos, os membros da comunidade produzem um programa de rádio e preparam um jornal.

Estimulados a exprimirem-se de forma aberta e livre, em particular as mulheres, os participantes criam um ambiente de forte participação e interacção, transformando o workshop numa oportunidade de "catarse" colectiva, em que cada um, ao partilhar a sua história, motiva os outros a fazerem o mesmo, o que resulta em fortalecimento do sentimento de "comunidade", isto é, de pertença a uma mesma realidade social, económica e cultural.

Nos seus depoimentos, os participantes concentraram as suas principais preocupações sobre quatro temas, a saber:

- ⊙ a educação dos filhos;
- ⊙ acesso a cuidados básicos de saúde;
- ⊙ oportunidades de trabalho ou de desenvolvimento de meios de vida;
- ⊙ conflitos e comunicação, quer com as autoridades do estado, quer com as empresas concessionárias.



Registando em papel o seu próprio percurso no contacto com mineradoras...

Educação

“O futuro das nossas crianças está em risco”, disseram, nos seus depoimentos, diferentes participantes, representando diferentes localidades, reclamando que não existem escolas nas suas zonas de residência. Este clamor soou mais alto, do lado das comunidades de “25 de Setembro”, Mwaladzi, Catete e Nchenga, que têm as escolas muito distantes da zona de habitação.

Não raro, nos seus depoimentos, as comunidades acusam o Governo de falta de sensibilidade ou solidariedade para com os seus prolemas. Numa ocasião, alguns participantes repetiram que no Bairro 25 de Setembro, onde residem famílias reassentadas pela empresa Vale, não há escola” porque o governo impediu que ela fosse construída”, aparentemente porque o número de alunos não a justificaria. “Quando apresentamos reclamações à empresa VALE, esta diz: “perguntem ao vosso governo; e quando nos aproximamos a representantes do governo, estes dizem: “vocês não são nossos, vocês são da oposição”, disseram alguns declarantes, recebendo apoio da audiência.

Na aldeia de Mwaladzi, cujo reassentamento foi feito por três empresas, Riversdale, Rio Tinto e ICVL, o cenário se agrava, pois a distância para a escola é, com efeito, longa, pois as crianças e os jovens são obrigados a percorrer cerca de 10 km, até Cateme onde está a escola secundária mais próxima. Sem meios de transporte fiáveis e acessíveis, a situação complica-se ainda mais devido a riscos de assalto pelo caminho, por parte de malfeitores.



Aldeia de reassentamento de Mwaladzi

Devido a estes constrangimentos, a equipa de pesquisa do SEKELELANI apurou que perto de setenta crianças abandonaram a escola em Mwaladzi, prevendo-se que o número venha a subir, pelo facto de nada estar a ser feito para inverter este cenário. “Mesmo na escola primária tem problema, às vezes os professores dão aula e outras vezes não”, disse Sérgio Tomás, um dos participantes do workshop.

A empresa indiana ICVL pretende oferecer bicicletas a cada aluno, como forma de minimizar o problema de transporte; contudo, segundo a comunidade, essa não é solução mais apropriada pois as bicicletas podem atrair malfeitores, que vão assaltar as crianças ao longo do percurso entre Mwaladzi e Cateme. Um outro perigo para as raparigas é o risco de serem alvos de violação sexual.



Registando, no gravador, uma estória de vida.....

Reassentamento de Mwaladzi: como fazer machamba em terra pedregosa?

Mwaladzi é uma aldeia de reassentamento da população retirada da área de exploração da mina de carvão de Benga. A aldeia situa-se no posto administrativo de Cambulatsitsi, distrito de Moatize, cerca de 5 km do reassentamento de Cateme. Em Mwaladzi vivem perto de quinhentas famílias, em condições humanas deploráveis. Estas famílias foram retiradas, em fases sucessivas, de Capanga, cerca de 50 Km de Mwaladzi, para dar lugar à exploração de carvão na região de Benga.

Em Mwaladzi a terra é árida, sendo por isso imprópria para a actividade agrícola, principal base de sustento das famílias no local de origem, aonde elas também dedicavam-se ao fabrico e venda de carvão vegetal e de tijolos, para suplementar os rendimentos agrícolas e sustentar a educação dos filhos. Por outro lado, o acesso à água é também uma grande "dor de cabeça": já em Capanga, pelo contrário, a comunidade vivia próximo do rio Rovubwe, em cujas águas pescavam, ao mesmo tempo que praticavam agricultura nas suas margens férteis.

Como ensina a experiência com as revoltas no reassentamento de Cateme, os factores determinantes para o sucesso de um reassentamento, não se concentram numa casa moderna, feita de cimento e coberta de zinco, mas sim no tamanho, potencial e produtividade da terra disponível para cada família, acesso a água e a meios de vida, condições que escasseiam em Mwaladzi.

Assim, e devido à fome e à falta de trabalho ou ocupação produtiva, pelo menos 15 famílias reassentadas em Mwaladzi decidiram regressar à zona de origem, Capanga, na expectativa de, pelo menos, recuperarem as suas condições de vida anteriores ao reassentamento. Noutras situações, mulheres ficaram sozinhas com as crianças, abandonadas pelos maridos: uns refugiados na mata, aonde se dedicam à caça furtiva, outros em paradeiro incerto: é o desenraizamento, provocando destruturação social.

“Quando os nossos filhos e jovens não vão a escola não há esperança de que teremos desenvolvimento. Isso contribui para o aumento da criminalidade, casamentos prematuros e baixa qualidade de vida. O futuro das nossas comunidades, a continuar assim, é incerto, pelo risco do aumento do número de pessoas analfabetas”.



“A Escola fica longe ; por isso o futuro das nossas crianças está em risco...”

Para permitir o acesso das crianças à da educação, as comunidades pedem ao governo a construção de mais escolas, mesmo que sejam erguidas com base em material local, isto é, com recurso a estacas e a palha.

Saúde

Não existem serviços de saúde adequados nas zonas de reassentamento, o que constitui um sério problema para a saúde das populações locais. Por exemplo, nas aldeias de Nchenga e Catete não existe qualquer unidade sanitária, de qualquer nível. Em Mwaladzi e no Bairro 25 de Setembro a situação não é melhor, pois apesar de haver de um centro de saúde local, nos finais de semana não há presença de médico nas unidades sanitárias de Cambulatsitsi, a sede da localidade.

Nas poucas unidades sanitárias existentes, apesar de haver enfermeiros qualificados, quase nunca há medicamentos; a título de exemplo, na unidade hospitalar de Cassoca a farmácia local apenas possui paracetamol. Para além da falta de medicamentos, a comunidade de Cassoca queixa-se de discriminação no atendimento. Eles afirmam que têm sido alvos de tratamento discriminatório, não recebendo o mesmo tratamento dispensado aos trabalhadores da mina. curso a estacas e a palha.



Preparando o seu jornal

Os encarcerados de Cassoca

Em sede de direitos humanos básicos, as condições de vida da comunidade de Cassoca são as que mais chocam a consciência humana. Aqui, as populações são mantidas dentro de uma vedação, erguida pela concessionária indiana, no meio de explosões de dinamites e de escavações.

A mina da Jhindal, situada numa área concessionada de 17.600 hectares, foi autorizada a iniciar as suas actividades no primeiro trimestre de 2013, sem que dali fossem, antes, retiradas as populações locais, e reassentadas em outro local. Nestas condições, e no meio de pedidos de socorro da população, a mina foi formalmente inaugurada pelo Presidente da República, Armando Guebuza, em Agosto de 2013.

De acordo com testemunhas no local, quem vive dentro da área concessionada à mineradora indiana está sujeito a regras de entrada e saída "próprias de um quartel militar". Contactos com o "exterior" da vedação são estritamente controlados, havendo penalizações severas a quem infringir as regras impostas. Ninguém sabe explicar como foi possível o governo autorizar o início da mineração numa zona onde se calcula viverem cerca de 500 famílias.

Por seu lado, com a construção de uma linha férrea da Vale, os habitantes de Catete ficaram, também, privados de acesso a água, pois a construção dessa nova infra-estrutura ditou o encerramento dos poços de água onde as populações se abasteciam do líquido vital. Assim, o acesso a água tornou-se mais distante, com impactos directos sobre as mulheres, agora com sérias dificuldades na busca de água nos rios. Em consequência, as mulheres vêm-se obrigadas a esperar longas horas nas bermas da linha férrea, até que os comboios passem e elas possam atravessar até aos locais de recolha de água. Este exercício torna-se ainda mais penoso para as mulheres grávidas. Também nesta região as crianças estão privadas de ir a escola, dado que não existe na localidade uma escola primária.



Longe das férteis margens do rio Rovobwe, o milho não cresce nas terras pedregosas de Mwaladzi.

Nos seus depoimentos, os aldeões de Cassoca referem-se a muitos problemas de saúde pública, que seriam causados pela actividade mineira. As principais doenças enfrentadas naquela comunidade são: diarreia, tensão, dores de cabeça e constipação, tosse convulsa e vômitos.

As comunidades consideram que estes problemas de saúde, que afectam sobretudo mulheres grávidas, crianças e idosos, são causados pela contaminação das águas devido a lavagem do carvão mineral e pela poluição do ar.

Nos seus depoimentos, dizem as comunidades afectadas que, em alguns casos, as empresas mineiras, nomeadamente a Jhinal e a VALE, chegam a colocar condutas que levam as águas dos centros de lavagem do carvão, para a água dos rios, causando a poluição destes.

Como resultado, a poluição da água e do ar tem causado muitas doenças e mortes, incluindo de animais, e ainda problemas de vista.

Informações prestadas pela comunidade local, mas que não foi possível confirmar junto das entidades oficiais de saúde, dizem que pelo menos 16 pessoas terão perdido a vida em Cassoa,



com a nova linha férrea, as mulheres têm mais dificuldades de ir buscar água

Falta de ocupação produtiva e criminalidade

Um outro problema existente nos bairros de reassentamento é a falta de condições para actividade económica, deixando os habitantes sujeitos à fome e outras carências básicas. Por isso, algumas famílias já optaram por regressar às suas zonas de origem, nomeadamente para Capanga, enquanto um número significativo de homens envolvem-se na prática de actos criminais, como a caça furtiva, para garantirem a sua sobrevivência. Actos de criminalidade mais comuns incluem o arrombamento de casas para roubo das respectivas portas e roubo de tanques móveis de água.

Os residentes falam também de prostituição entre jovens e mulheres, como forma de garantir meios de subsistência.

A contínua sucessão entre diferentes empresas concessionárias - aparentemente com políticas sociais diferentes - parece contribuir para o agravamento dos problemas de raiz do reassentamento de Mwaladzi. Por exemplo, e segundo o secretário do bairro, Rosário José, a multinacional Rio Tinto oferecia uma cesta básica de alimentos por família, como forma de ajudá-la no período de estabilização. Porém, com a entrada da indiana ICVL, esta prática de assistência alimentar foi cancelada, criando revolta entre os camponeses.

Fontes oficiais locais, ouvidas pelo SEKELEKANI, dizem entretanto que a retomada desta "cesta básica", aparentemente já acordada entre as partes relevantes no local, mantém-se contudo "suspensa", por falta de entendimento ou de acção, de "estruturas centrais" em Maputo. Como o assunto é comentado com certo azedume pelas autoridades distritais, não foi possível obter dados mais claros e conclusivos sobre aonde a referida cesta básica se encontra "bloqueada", na cadeia que faz a ligação comunidade-governos distrital e provincial - governo central.

“Aqui não há emprego para nós. As vagas que anunciam são ocupadas por pessoas de fora, que negociam ou pagam a partir de fora”, afirmam os participantes.

Do lado das raparigas, uma das consequências da pobreza são casamentos prematuros e ou gravidez precoce. Raparigas com idades compreendidas entre os 12 e 15 anos ficam grávidas de homens adultos, a quem os pais “cederam”, a troco de algum dinheiro ou outros recursos, pois estes não têm como sustentá-las, e muito menos mantê-las na escola.

O alcoolismo constitui outra consequência imediata da falta de oportunidades para os homens se ocuparem qualquer actividade produtiva: por isso é muita alta a taxa de alcoolismo juvenil nas aldeias de reassentamento ou situando-se dentro dos perímetros de actividade mineira. “Num futuro não muito distante, todos os nossos jovens estarão viciados em álcool, e nada vão poder fazer para o desenvolvimento da nossa aldeia”, desabafou um membro da comunidade de Mwaladzi



Falta de Comunicação e conflito

As comunidades reassentadas, de um lado, e, do outro, as autoridades locais, incluindo líderes comunitários não eleitos, e as empresas mineradoras, vivem em permanente clima de tensão e suspeição. Não há confiança entre si.

A fragilidade da comunicação entre as comunidades e as autoridades, caracterizada por falta de diálogo e consultas genuínas, têm contribuído para o aumento de conflitos.

A comunidade reassentada em Mwaladzi diz que jamais foi consultada, para a escolha deste local como sua futura zona de residência, quando foi retirada de Capanga, para dar lugar à exploração da mina de Benga, inicialmente pela empresa australiana Riversdale e, sucessivamente, pelo Rio Tinto e pela ICVL. Um aldeão, Sergio Tomas, que que eles foram “todos forçados a abandonar Capanga, para vir viver em Mwaladzi. Depois deram a cada

pessoa 119 mil meticais, mas não sabemos para quê era este dinheiro, nem qual foi o critério para decidir essa quantia; e nem houve preparação para gerirmos esse valor. Algumas pessoas recebiam o valor todo no mesmo dia e colocavam nas capulanas ou sacolas”.

Na comunidade de Chissuca, onde a empresa Eurasian Natural Resources Corporation (ENRC) tem uma concessão de exploração de carvão, um processo de comunicação com a população, aparentemente mais genuíno aos olhos dos camponeses, terá ajudado a resolver conflitos.

Desde 2008 que a ENRC tem estado num processo de sondagens. A comunidade conta que no início não foram comunicados e técnicos da ENRC andavam de noite nas matas, fazendo perfurações. Segundo o líder da comunidade, Domingos Paiva, “passado algum tempo começamos a aproximar à empresa para entender o que estava acontecer, pois as máquinas usadas estragam as nossas machambas”.

Após um acordo, a empresa lavrou as terras onde procedia a perfurações, para uso pelos camponeses; porém estes não se podiam tocar nos marcos colocados pela empresa.

Dos depoimentos dos participantes, saltam à “vista” problemas importantes de comunicação, quer entre as comunidades e as respectivas lideranças locais, quer entre aquelas e as autoridades governamentais e as empresas. Os líderes comunitários são, frequentemente, acusados de “esconder” as queixas das populações, sonegando-as quando têm encontros com as autoridades locais do governo ou com as empresas. O mesmo sucede no sentido inverso: eles não costumam passar as informações do governo ou das empresas para as comunidades. Por isso não existe Comunicação franca entre os dois lados.

A seguinte afirmação é muito repetida em regiões de contacto com projectos de mineração em Tete: “Quando encaminhamos nossas preocupações às empresas mineradoras, estas afirmam que qualquer assunto deve ser encaminhado às autoridades nacionais, porque quem responde pelos problemas do povo é o governo. Quando levamos o problema para o governo, somos ditos que “você não são nossos; você são da oposição”.

Nesta senda, está muito arreigada, entre as comunidades reassentadas, a ideia de que, amiúde, os líderes comunitários caem em negociatas com as empresas para seu próprio benefício, recebendo recompensas na forma de projectos de geração de renda e subsídios monetários. Segundo a comunidade os líderes que realmente estão preocupados em resolver os seus problemas são aqueles eleitos pela própria comunidade de reassentamento.

Para ilustrar, os residentes de Mwaladzi alegam que a chefe da comunidade e o comandante da polícia estão a colaborar com a empresa para, em troca, receberem apoios para a implementação de projectos de rendimento, apesar de não são serem elegíveis, por não terem sido reassentados.

Uma revolta dos residentes de Cassoca, ocorrida este ano, foi controlada através do envio de 50 agentes da polícia militar, que forcaram a população a parar com os protestos contra as difíceis condições de vida em que tem sido mantida. Por seu lado, no bairro 25 de Setembro, em Moatize, um oleiro de nome Isac António foi brutalmente agredido na sua residência por um grupo de desconhecidos, uma acção que se acredita ter sido perpetrada para o silenciar. Isac António é um conhecido líder de uma comissão de oleiros que reclama por indemnizações justas, pelo facto de sua actividade ter sido bloqueada, por ocorrer numa

área concessionada a Vale. Se as indemnizações decididas pela empresa são consideradas pelos lesados como clamorosamente injustas, sucede que nem todos os oleiros receberam até presentemente qualquer valor compensatório.



*“A nossa actividade como oleiros foi paralisada e continuamos exigindo justa indemnização ...Isac Antonio”,
Oleiro do Bairro Bagamoyo.*

“Assim começamos a acreditar que o governo e as empresas de exploração são os únicos beneficiários, deixando a comunidade prejudicada e a chorar”, diz Isac Antonio

“Na maioria das vezes, profissionais da área social das empresas vêm até nós para desenhar estratégias de nos roubar através de esquemas fraudulentos que só prejudicam a comunidade. Os trabalhadores da ICVL por exemplo, fazem distribuições ilícitas de machambas, mas são eles mesmos que se beneficiam”, afirma Isac.

A Minha Voz

No fim do Workshop de “narração de sofrimento”, e após a gravação dos programas radiofónicos, as comunidades reúnem e escutam colectivamente os seus depoimentos, comentando-os vivamente. Este fenómeno foi vivido com particular intensidade nas comunidades de Nchega e Mwaladzi. Nos dias seguintes, os mesmos programas, gravados em CDs, são transmitidos e comentados em espaços públicos abertos, como barracas, mercados e outros locais de aglomeração humana.

Relatos dando este “feed-back” chegam à equipa do SEKELEKANI através de chamadas telefónicas carregadas de emoção, descrevendo a sensação estimulante de ouvir narrações sobre a própria vida, através da própria voz.

Autores-participantes:

| | Nomes | Localidade |
|----|-------------------|-----------------------|
| 1 | Alberto Raice | Mualadzi |
| 2 | Leonora Macojo | |
| 3 | Sérgio Tomas | |
| 4 | Alefe Danilo | Moatize |
| 5 | Ângela Mário | Cidade Tete |
| 6 | José Tomás | |
| 7 | Refo Agostinho | |
| 8 | Verónica Silveira | |
| 9 | Stela Malola | |
| 10 | Arnaldo Candrinho | 25 de Setembro |
| 11 | Branquinho Saise | |
| 12 | Julião Chale | |
| 13 | Domingos Paiva | Chissua |
| 14 | Gilberta Trigo | Cateme |
| 15 | Domingos Sinate | |
| 16 | Horácio Levene | |
| 17 | Eduardo Magaio | Ntchenga |
| 18 | Osvaldo Sales | |
| 19 | Isaque Sampanha | Bagamoio |
| 20 | Maria Sincrera | |
| 21 | Joice Sinoya | Cassoca |



PERFIL GERAL

SEKELEKANI é uma instituição moçambicana independente, sem fins lucrativos, de promoção de comunicação para o desenvolvimento. Este conceito refere-se a sistemas de comunicação em dois sentidos, orientados para enaltecere o diálogo entre os decisores de políticas públicas e as partes interessadas, nomeadamente as comunidades destinatárias do desenvolvimento, permitindo-lhes exprimir os seus pontos de vista, as suas aspirações e preocupações, participando, desse modo, na formulação da agenda do seu desenvolvimento.

Visão

Através dos princípios da comunicação para o desenvolvimento, SEKELEKANI vai desempenhar papel-chave na produção e disseminação de informação de qualidade sobre processos de desenvolvimento económico e social de Moçambique, amplificando as vozes dos cidadãos e estreitando os canais de comunicação entre estes e os poderes públicos e privados e outros intervenientes.

Missão

A missão do SEKELEKANI é fortalecer a base do conhecimento público sobre processos de desenvolvimento económico e social de Moçambique, bem como as suas implicações, através da disponibilização de informação de qualidade aos cidadãos, entidades governamentais, organizações não-governamentais e da sociedade civil, agências de desenvolvimento, sector privado, entidades eleitas e a comunicação social.

II. Programas

SEKELEKANI prossegue a sua missão, implementando actividades diversas no âmbito dos seguintes quatro programas:

- Democracia e Governação
- Desenvolvimento dos Media e TICs
- Recursos Naturais e Ambiente
- Pesquisa e Documentação

No âmbito do Programa de Recursos Naturais e Ambiente, SEKELEKANI possui uma Agência de Noticias da Sociedade Civil (CIVILINFO), acessível na seguinte página da Internet: www.civilinfo.org.mz

Contactos

Av. Olof Palme, n°940 - 1° andar

Tel. fixo: (+258) 21320389. Telemóvel: (+258) 823020570

Email: sekelekani@tv cabo.co.mz; info@sekelekani.org.mz

Página web: www.sekelekani.org.mz

